



Brista Potiguar
Complexo Eólico

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 12.053.787/0001-39

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial

Maracanaú - CE

CEP 61939-906

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. Contexto Operacional	10
2. Base de Preparação	10
3. Principais Políticas Contábeis	12
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5. Clientes	17
6. Títulos e Valores Mobiliários	17
7. Imobilizado	17
8. Partes Relacionadas	19
9. Fornecedores	19
10. Empréstimos e Financiamentos	20
11. Outras contas a pagar	21
12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	21
13. Patrimônio Líquido	21
14. Receita Operacional Líquida	22
15. Custos e Despesas Operacionais	23
16. Resultado Financeiro	23
17. Imposto de Renda e Contribuição Social	24
18. Instrumentos Financeiros	24
19. Seguros	28
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	29
PARECER DO CONSELHO FISCAL	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Santa Maria ou Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Santa Maria é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Atua na implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Maracanaú, no Estado do Ceará e sagrou-se vencedora no 4º Leilão de Energia de Reserva - LER, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 18.08.2011. Possui 15,7 MW médios comercializados por meio de Contratos de Energia de Reserva - CER, com vencimento em 30.06.2034.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Complexo Eólico	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh)	Preço MWh ⁽¹⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Santa Maria	29,7	15,7	93,9	197,80	23.04.2015	08.05.2047

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2022.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2022.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	121.749	119.514	1,9
Caixa e equivalentes de caixa	31.857	9.081	250,8
Títulos e valores mobiliários	16.507	10.392	58,8
Dívida total	33.296	36.846	(9,6)
Dívida líquida	(15.068)	17.373	(186,7)
Receita operacional bruta	19.163	20.715	(7,5)
Deduções da receita	(780)	(691)	12,9
Receita operacional líquida	18.383	20.024	(8,2)
Custos e despesas operacionais	(13.669)	(11.764)	16,2
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	4.714	8.260	(42,9)
Ebitda ou Lajida (*)	10.077	13.624	(26,0)
Resultado financeiro	2.263	(816)	(377,3)
IRPJ/CSLL	(2.507)	(1.204)	108,2
Lucro operacional	6.977	7.444	(6,3)
Lucro Líquido do exercício	4.470	6.240	(28,4)
Patrimônio líquido	82.737	79.329	4,3
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	4,7	4,7	-
Liquidez geral (índice)	1,3	1,1	18,2
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	54,8	68,0	(19,4)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	40,2	46,4	(13,4)
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida)	38,0	37,2	2,2
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	24,3	31,2	(22,1)
Participação de capital de terceiros (%)	32,0	33,6	(4,8)
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido inici	5,6	8,4	(33,3)

(*) " Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization " ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 13 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente do Conselho MARCIO LUIZ BLOOT
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
ELOIR JOAKINSON JUNIOR
DAIANE MEDINO WOTKOSKI
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ
Membros Titulares LUIZ HENRIQUE DE MELLO
WALTER GUANDALINI JUNIOR
KLEBERSON LUIZ DA SILVA
Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE
FELIPE SANTOS RIBAS

DIRETORIA

Diretor Executivo MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-050585/O-9 FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balancos Patrimoniais
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.857	9.081
Clientes	5	2.441	1.588
Outros créditos		20	20
Imposto de renda e contribuição social		518	217
Outros tributos a recuperar		-	5
Despesas antecipadas		175	169
Partes relacionadas	8	-	22.460
		35.011	33.540
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	16.507	10.392
Outros tributos a recuperar		3	1
		16.510	10.393
Imobilizado	7	70.228	75.581
		86.738	85.974
TOTAL DO ATIVO		121.749	119.514
PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas			
Partes relacionadas	8	115	145
Fornecedores	9	1.671	668
Imposto de renda e contribuição social		183	361
Outras obrigações fiscais		181	159
Empréstimos e financiamentos	10	3.941	3.913
Dividendos a pagar	13.3	1.062	1.483
Outras contas a pagar	11	361	422
		7.514	7.151
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		224	64
Empréstimos e financiamentos	10	29.355	32.933
Outras contas a pagar	11	1.919	37
		31.498	33.034
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	61.361	61.361
Reserva legal	13.2	1.470	1.247
Reserva de retenção de lucros	13.2	19.906	16.721
		82.737	79.329
TOTAL DO PASSIVO		121.749	119.514

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	18.383	20.024
Custos Operacionais	15	(13.019)	(11.160)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		5.364	8.864
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(549)	(498)
Outras despesas operacionais	15	(101)	(106)
		(650)	(604)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		4.714	8.260
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		5.507	1.799
Despesas financeiras		(3.244)	(2.615)
		2.263	(816)
LUCRO OPERACIONAL		6.977	7.444
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(2.348)	(2.867)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(159)	1.663
		(2.507)	(1.204)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.470	6.240
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - Em R\$			
Ações ordinárias	13.4	0,07285	0,10169

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.470	6.240
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		4.470	6.240

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º.01.2021		61.361	935	12.276	-	74.572
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.240	6.240
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	312	-	(312)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(1.483)	(1.483)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	4.445	(4.445)	-
Saldo em 31.12.2021		61.361	1.247	16.721	-	79.329
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.470	4.470
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	223	-	(223)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(1.062)	(1.062)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	3.185	(3.185)	-
Saldo em 31.12.2022		61.361	1.470	19.906	-	82.737

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		4.470	6.240
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		(389)	1.783
Imposto de renda e contribuição social	17	2.348	2.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	159	(1.663)
Depreciação	7	5.363	5.363
		11.951	14.590
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(853)	(122)
Outros créditos		-	523
Imposto de renda e contribuição social		(301)	570
Outros tributos a recuperar		3	1
Despesas antecipadas		(6)	55
		(1.157)	1.027
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(30)	(2)
Fornecedores		1.002	(101)
Outras obrigações fiscais		22	(24)
Outras contas a pagar		1.821	(1.779)
		2.815	(1.906)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		13.609	13.711
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.526)	(3.118)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(2.734)	(2.515)
Encargos de empréstimos concedidos/obtidos de partes relacionadas		4.310	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.659	8.078
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(6.115)	(3.038)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(21.630)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		21.630	-
Aquisições de imobilizado	7	(9)	(16)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		15.506	(24.684)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(3.906)	(3.896)
Dividendos pagos		(1.483)	(286)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.389)	(4.182)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.776	(20.788)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	9.081	29.869
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	31.857	9.081
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.776	(20.788)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Santa Maria ou Companhia) com sede na Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, Sala 02, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Santa Maria, por meio da Portaria MME nº 274/2012.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.**2.3.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados; e
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro da Copel GeT.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.**3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não *performance* com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	1.950	1.578
Aplicações financeiras de liquidez imediata	29.907	7.503
	31.857	9.081

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vencidos	31.12.2022	31.12.2021
Contratos regulados	2.441	2.441	1.588
	2.441	2.441	1.588
	Circulante	2.441	1.588
	Não circulante	-	-

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	de 99% a 101% do CDI (a)	16.370	10.284
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI (a)	137	108
		16.507	10.392
	Circulante	-	-
	Não circulante	16.507	10.392

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos (NE nº 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 21 a 54 meses a partir do final do período do relatório.

7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e Equipamentos	107.564	(37.363)	70.201	107.564	(32.000)	75.564
	107.564	(37.363)	70.201	107.564	(32.000)	75.564
Em curso						
Custo	27	-	27	17	-	17
	27	-	27	17	-	17
Total	107.591	(37.363)	70.228	107.581	(32.000)	75.581

7.2 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1�.01.2021	Aquisi- �es	Deprecia- �o	Saldo em 31.12.2021	Aquisi- �es	Deprecia- �o	Saldo em 31.12.2022
Em serviço							
Máquinas e Equipamentos	80.927	-	(5.363)	75.564	-	(5.363)	70.201
	80.927	-	(5.363)	75.564	-	(5.363)	70.201
Em curso							
Custo	-	17	-	17	10	-	27
	-	17	-	17	10	-	27
Total	80.927	17	(5.363)	75.581	10	(5.363)	70.228

A taxa média de deprecia o   de 5,14% a.a. (4,99% em 2021).

A Administra o não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redu o ao valor recuperável de ativos em 2022 e 2021.

8. Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladores								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	-	7	-	-	-	-
Copel GeT								
Dividendos	-	-	1.062	1.483	-	-	-	-
Mútuo (b)	-	22.460	-	-	2.966	740	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	85	91	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	23	-	-	-	(23)	(21)
Operação e Manutenção	-	-	27	-	-	-	(303)	(221)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	6	8	-	-	-	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A.								
Energia elétrica para revenda	-	-	750	-	-	-	(750)	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	24	39	-	-	-	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(39)	(46)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. A quitação do referido mútuo se deu em 28.11.2022.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores, bem como não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima.

9. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	1.462	505
Encargos de uso da rede elétrica	209	163
	1.671	668
	Circulante	668
	Não circulante	-

10. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021	
BNDES - 14212711	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	8,26%	71.676	34.125	37.771	
							34.125	37.771	
							Dívida bruta	34.125	37.771
							(-) Custo de transação	(829)	(925)
							Dívida líquida	33.296	36.846
							Circulante	3.941	3.913
							Não circulante	29.355	32.933

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	3.925	(96)	3.829
2025	3.925	(96)	3.829
2026	3.925	(96)	3.829
2027	3.925	(96)	3.829
2028	3.925	(97)	3.828
Após 2028	10.464	(253)	10.211
			29.355

10.2 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 1º.01.2021	40.644
Encargos	2.613
Amortização - principal	(3.896)
Pagamento - encargos	(2.515)
Saldo em 31.12.2021	36.846
Encargos	2.829
Variações monetárias	261
Amortização - principal	(3.906)
Pagamento - encargos	(2.734)
Saldo em 31.12.2022	33.296

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar o controlador direto ou indireto sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas. O indicador financeiro é o Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3.

Em 31.12.2022, o indicador financeiro medido anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos. A Companhia tem expectativa de que o referido indicador financeiro seja cumprido em 2023.

11. Outras contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	2.272	63
Outras contas a pagar	8	396
	2.280	459
	Circulante	422
	Não circulante	37

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal e cível. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2022, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022, não há ações cujas perdas são consideradas possíveis.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022 monta R\$ 61.361 (R\$ 61.361, em 31.12.2021), composto por 61.361.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

13.3 Dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	4.470	6.240
Reserva legal (5%)	(224)	(312)
	4.246	5.928
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	1.062	1.483
	1.062	1.483
Dividendos por ação	0,01731	0,02417

13.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Ações ordinárias	4.470	6.240
Denominador básico e diluído (em milhares)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	61.361.000	61.361.000
Lucro líquido do período básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,07285	0,10169

14. Receita Operacional Líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de energia de reserva - CER	20.816	18.327
Outras receitas operacionais	556	598
Provisão para não performance de geração	(2.209)	1.790
Receita Operacional Bruta	19.163	20.715
(-) PIS/Pasep e Cofins	(780)	(691)
Receita Operacional Líquida	18.383	20.024

15. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(813)	-	-	(813)	(14)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.125)	-	-	(2.125)	(1.905)
Pessoal e administradores	-	(356)	-	(356)	(441)
Planos previdenciário e assistencial	-	(37)	-	(37)	(27)
Material	(8)	-	-	(8)	(1)
Serviços de terceiros	(3.848)	(62)	-	(3.910)	(3.181)
Depreciação e amortização	(5.363)	-	-	(5.363)	(5.363)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(101)	(101)	(106)
Arrendamentos e aluguéis	(322)	(15)	-	(337)	(269)
Outros custos e despesas operacionais	(540)	(79)	-	(619)	(457)
	(13.019)	(549)	(101)	(13.669)	(11.764)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2022
Arrendamento de terrenos	300	1.391	6.111	7.802

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16. Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Juros sobre mútuo (NE nº 8)	2.966	740
Renda de aplicações financeiras	2.541	1.058
Outras receitas financeiras	-	1
	5.507	1.799
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	3.089	2.612
Outras despesas financeiras	155	3
	3.244	2.615
Líquido	2.263	(816)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	20.816	20.816	18.327	18.327
Outras Receitas Operacionais	556	556	594	594
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.710	2.565	1.514	2.271
Receita Financeira	5.507	5.507	1.799	1.799
(-) Receita Financeira Provisãoada	(469)	(469)	4.891	4.891
Outras Receitas	-	-	100	100
Base de cálculo Receita Financeira	5.038	5.038	6.790	6.790
(=) Base de cálculo	6.748	7.603	8.304	9.061
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	1.664	684	2.052	815
Receita Financeira Provisãoada	469	469	(4.891)	(4.891)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	116	43	(1.223)	(440)

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	31.857	31.857	9.081	9.081
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	16.507	16.507	10.392	10.392
			48.364	48.364	19.473	19.473
Custo amortizado						
Cientes (a)	5		2.441	2.441	1.588	1.588
Mútuo (a)			-	-	22.460	22.460
			2.441	2.441	24.048	24.048
Total dos ativos financeiros			50.805	50.805	43.521	43.521
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.671	1.671	668	668
Empréstimos e Financiamentos (c)	10		34.125	30.183	37.771	37.771
			35.796	31.854	38.439	38.439
Total dos passivos financeiros			35.796	31.854	38.439	38.439

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo do maior valor da última captação realizada pelo grupo Copel, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	31.857	9.081
Títulos e valores mobiliários (a)	16.507	10.392
Clientes (b)	2.441	1.588
Mútuo (c)	-	22.460
	50.805	43.521

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias – CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.
- c) Mútuo com a Copel GeT, Controladora, quitado em 28.11.2022.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2022							
Empréstimos e Financiamentos	NE nº 10	472	1.119	5.056	22.732	16.487	45.866
Fornecedores	-	1.668	-	3	-	-	1.671
		2.140	1.119	5.059	22.732	16.487	47.537

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem Empréstimos e Financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,50%, IPCA - 5,78% e TJLP - 7,05%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2023		
		31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	16.507	2.063	1.548	1.032
		16.507	2.063	1.548	1.032
Passivos financeiros					
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(34.125)	(2.406)	(3.008)	(3.609)
		(34.125)	(2.406)	(3.008)	(3.609)

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo registrado no passivo referente a não *performance* está demonstrado na NE nº 11.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.
18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e Financiamentos	34.125	37.771
(-) Caixa e equivalentes de caixa	31.857	9.081
(-) Títulos e valores mobiliários	16.507	10.392
Dívida líquida	(14.239)	18.298
Patrimônio líquido	82.737	79.329
Endividamento do patrimônio líquido	(0,17)	0,23

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443
Riscos Operacionais	27.06.2023	109.080
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2024	30.000
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2023	715

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E A PROPOSTA DA DIRETORIA
PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022**

Os membros do Conselho Fiscal da Santa Maria Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido verificado no exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 13 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)

ITAMAR PINTO PAZ

Presidente

(assinado eletronicamente)

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)

WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

